

# A educação básica no Quebec

## *Políticas educativas e globalização*

JACQUES TONDREAU\*

**RESUMO:** Sob a influência das grandes tendências mundiais, a educação de base no Quebec sofreu inúmeras transformações ao longo dos últimos 50 anos. Passou de um ideal de justiça social e de igualdade de oportunidades a perspectivas de desempenho e eficiência, impulsionadas pelo pensamento neoliberal, transformações com repercussões importantes sobre escolas, alunos e funcionários. Os principais prejudicados foram os alunos, desprovidos escolar e socialmente. E, na democracia, é pela sorte que se reserva aos mais fracos que se mede a justiça.

*Palavras-chave:* Educação Básica. Neoliberalismo em educação. Justiça social. Igualdade de oportunidades. Quebec.

### **Retórica sob a forma de imperativo**

**H**oje em dia, no discurso dominante, afirma-se regularmente que as relações entre a escola e a sociedade são abaladas por importantes e rápidas mutações. O refrão é conhecido: a sociedade mudou, as transformações sociais mexem com as instituições, pressionam os atores e questionam suas práticas. Consequentemente, é preciso mudar o sistema de educação, seu modo de funcionamento e até seu financiamento, além de renovar as práticas educativas. Não paramos de enumerar a quantidade considerável de “novas realidades” que se imporiam à escola: a explosão dos conhecimentos; a necessária abertura dos cidadãos e cidadãs para um mundo pluralista

---

\* Sociólogo da Educação. Conselheiro dos processos sobre educação na Central dos Sindicatos de Quebec (CSQ), a mais importante organização sindical em educação de Quebec. Quebec - Canadá/CA.  
*E-mail:* <tondreau.jacques@csq.qc.net>.

e interdependente; o acesso generalizado das populações às tecnologias da informação e da comunicação; e a inquietação suscitada pela intolerância, pela violência e pelo racismo. Esse discurso basta para explicar a precipitação dos governos e das grandes instâncias internacionais [Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Ministério da Educação, do Lazer e do Esporte (Mels)] em favor de sucessivas reformas em educação. Não é preciso dizer que essas reformas não ocorrem sem um questionamento das práticas educacionais.

As tendências reformadoras estão em consonância com uma globalização das grandes orientações educativas, que se expressam claramente nas enquetes internacionais como a do Programa Internacional para o Acompanhamento do Aprendizado dos Alunos (Pisa)<sup>1</sup>. Os resultados dessas enquetes se inscrevem eles próprios numa visão de *benchmarking*, isto é, a vontade de sugerir insistentemente quais seriam as melhores práticas a serem exercidas em termos de educação, baseando-se numa comparação das performances dos países com certos indicadores de rendimento e de eficiência. O Quebec não está livre desse discurso nem desse imperativo de mudanças tidas como necessárias. O impacto que elas têm sobre as escolas, os funcionários e os alunos não é negligenciável.

## **Do clero ao mercado<sup>2</sup>**

Como em muitos países, a educação no Quebec conhece uma importante modernização nos anos 1960, tendo por pano de fundo uma vontade de democratizar o acesso aos estudos para o maior número de alunos possível. A igualdade de oportunidades, dentro de um espírito de justiça social que caracteriza esse período, será novamente colocada em questão a partir dos anos 1980 com a introdução, mais marcadamente na educação pública, de correntes de pensamento ligadas ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo. A reforma escolar executada pelo governo, em 1979, já se inscrevia à margem de temas que se tornarão caros aos reformadores neoliberais dos anos 1980. Desde essa época foram realizados inúmeros debates sobre a educação no Quebec, e uma significativa reforma, a terceira desde os anos 1960, foi executada a partir de 1997. Esta última reforma na educação e as políticas educativas que a acompanharam impulsionam uma dinâmica de transformação da educação pública, empurrando-a para dentro da mercantilização.

### **Em nome da justiça social**

A escola no Quebec, antes da reforma escolar dos anos 1960, pode ser comparada a uma escola estilo “velha Europa”, isto é, um sistema que oferece “os rudimentos de

um ensino primário para o povo, um ensino secundário para elite” (DANDURAND, 1990, p. 39, tradução nossa). Nessa escola que funciona segundo os princípios de uma outra época, a seleção se faz principalmente de acordo com a classe social a que cada um pertence. Outras clivagens sociais se expressam também na escola no Quebec de então. Assim, poucas meninas têm acesso aos estudos secundários e aquelas que se escolarizam se encontram, na maioria das vezes, nos guetos de ensino, tais como a formação de doméstica ou de ciências da enfermagem.

A educação e a reforma escolar dos anos 1960 apresentam-se como a ponta de lança de uma nova afirmação dos quebequenses francófonos que desejam algo melhor para si próprios e para seus filhos. A vontade de democratização do ensino passará especialmente por um reconhecimento das particularidades das crianças advindas de meios desfavorecidos, que sempre são, apesar do maior acesso à escola nos anos 1960, aquelas que menos aproveitam do sistema escolar. O projeto educativo que se forma nessa conjuntura irá buscar suas palavras de ordem nos valores dominantes do período. Para traduzir o ideal de democracia e de justiça social, se falará de igualdade de oportunidades para a educação ou, então, de igualdade no acesso à educação. A fim de dar conta do aporte suplementar de renda e de bem-estar tanto individual quanto coletivo que a educação pode possibilitar, utilizar-se-á o *slogan* “Quem se instrui enriquece”<sup>3</sup> (TONDREAU; ROBERT, 2011, p. 28, tradução nossa).

O acesso generalizado e gratuito à escola secundária constitui a primeira e mais importante das medidas que beneficiam os meios desfavorecidos nos anos 1960. Nesse quadro, objetiva-se diminuir as disparidades de riqueza entre os grupos sociais, a fim de tornar materialmente possível a escolarização prolongada das crianças provenientes desses meios. A segunda medida, tão importante quanto a primeira, visa a desenvolver uma rede de escolas maternas cuja função é a de compensar as carências devidas à origem social das crianças.

## Desigualdades persistentes

Após dez anos de esforços financeiros e de múltiplas realizações, as desigualdades escolares persistem no sistema de educação. Para muitos, a escola da igualdade de oportunidades não alcançou seus principais objetivos. As grandes palavras de ordem, a democracia e a justiça social, as mesmas que haviam guiado as reformas dos anos 1960, são assimiladas por alguns a uma grande mitologia que se desfaz enquanto desaparecem as ilusões do progresso social e econômico que tomou forma depois da Segunda Guerra Mundial.

No Quebec, a crise econômica de 1981-1982 dá origem a uma crise fiscal e arrochos na educação, uma taxa de desemprego elevada entre os jovens e diplomados e diplomadas, bem como uma desqualificação de grupos inteiros de trabalhadoras e trabalhadores.

Nesse contexto, “uma nova classe empreendedora” emerge no Quebec e novos discursos neoliberais e neoconservadores, que têm repercussão considerável na educação, tomam forma (DANDURAND; OLLIVIER, 1987).

É na obra de Mingué e Marceau (1989) que encontramos o melhor exemplo quebequense dessa visão neoliberal da escola. Para os autores, é preciso abrir a escola aos “sinais do mercado” e o sistema público à concorrência privada. Essa iniciativa permitiria “ampliar a escolha das famílias”, que poderiam se beneficiar de um “regime de vales de educação ou de créditos fiscais que confeririam a cada família a possibilidade de optar pela escola de sua escolha”. A concorrência na educação e a livre escolha das famílias seriam, de acordo com os autores, uma garantia de eficácia. Acaba, portanto, segundo eles, a lógica da redenção pela escola, ditada pela ideologia da igualdade de oportunidades ou a lógica da democratização, “causa da mediocridade do sistema” (p. 182-183, tradução nossa).

### **Apelos mais urgentes às mudanças**

No início dos anos 1990, a luta pela igualdade de oportunidades e a justiça social em educação estão longe de serem vencidas. E as mutações sociais, que continuam a se acelerar, não cessam de exercer novas pressões sobre a escola. As demandas por mudanças importantes do sistema de educação vêm de todos os lados. Entre os elementos que desencadeiam os debates nesse período e que prefiguram as mudanças em educação nos anos 2000, é a questão do abandono escolar que aparece no topo. Depois de 30 anos de luta para assegurar um acesso completo dos jovens de todos os meios sociais à educação primária e secundária, muitos acreditam que agora é necessário pensar no sucesso, isto é, no êxito dos alunos.

Isso sem contar as demandas que surgem de todos os lados para rever os programas escolares, a fim de adaptá-los às exigências que, no século XXI, chegam a passos largos. Há vários anos, diante dos problemas da escola e das transformações sociais, vários atores da educação – grupos sociais de todo tipo de vinculação ideológica, organismos do mundo da educação e, particularmente, a Central de Educação do Quebec (CEQ<sup>4</sup>), bem como editorialistas – insistem para que o Estado empreenda uma revisão geral do sistema de educação, invocando a insuficiência das abordagens parciais e superficiais no que diz respeito à mudança na educação.

### **Mais uma reforma escolar**

Essas demandas serão escutadas. Assembleias gerais serão realizadas em 1995-1996, ocasião para uma formidável elaboração de ideias sobre o que a escola deverá

ser para garantir a entrada no século XXI. As proposições avançadas no relatório da Comissão das Assembleias Gerais sobre a educação serão retomadas, em boa medida pela execução de outra grande reforma da educação em 1997. Essa reforma marcará a década dos anos 2000, sendo amplamente contestada por inúmeros grupos sociais, em particular os sindicatos de professores e de representantes do meio universitário, que criticam os fundamentos dos novos programas postos em funcionamento.

Em meio às mais virulentas críticas figuram aquelas que dizem respeito às mudanças de paradigma pedagógico operadas pela reforma: passa-se, com efeito, do paradigma do ensino ao da aprendizagem segundo uma perspectiva sócioconstrutivista. Outra forte controvérsia, a suscitada pela integração aos programas de abordagem por competência, que é vista por muitos como uma negação dos saberes e um verdadeiro quebra-cabeça em matéria de avaliação de competências.

Se os anos 1990 são ocasião de uma intensa reflexão que levará a uma reforma da educação, os anos 2000 se caracterizam, para além da execução dessa reforma da educação, pela introdução de uma nova governança, inspirada nos princípios da Nova Gestão Pública (NGP), que impulsionam mudanças importantes nos estabelecimentos escolares. No próprio seio desse pensamento de gestão, destaca-se uma corrente de descentralização de poderes para os estabelecimentos escolares.

Se, em alguns países, as instâncias intermediárias (conselhos e comissões escolares) de educação se desenvolvem, no Quebec e na América do Norte assistimos a um recuo dessas instâncias intermediárias em relação ao órgão central, o Ministério da Educação, e ao órgão local, os estabelecimentos escolares (LESSARD; DESJARDINS, 2008). Os últimos desenvolvimentos em matéria de governança escolar no Quebec (convenção de parceria, convenção de gestão e de êxito educativo) indicam, no entanto, que a autonomia dos estabelecimentos, que continua sendo importante, é cada vez mais controlada pela instância central, isto é, o Ministério da Educação.

## **Retrato da educação de base no Quebec**

A educação de base no Quebec compreende uma educação pré-escolar de dois anos, destinada a crianças de 4 a 5 anos, um ensino primário de seis anos para crianças de 6 a 11 anos e um primeiro ciclo de ensino secundário de dois anos, para jovens de 12 a 13 anos. Esses anos da escolarização perfazem a formação comum. Em seguida, começa a operar-se uma diversificação das vias de formação: alguns alunos vão se encaminhar para as opções de formação preparatória para o emprego, nas quais adquirem competências mínimas para o ingresso no mercado de trabalho; outros escolhem formações profissionalizantes; e a maioria se orienta para uma formação geral com vistas à obtenção de um diploma de estudos secundários. Se o aluno não estiver atrasado, isto é, se não tiver repetido nenhum

ano no curso de sua trajetória escolar, chegará ao fim dessa última etapa aos 16 anos. Em 2009-2010, aproximadamente 900.000 crianças foram escolarizadas. Para cada 100 alunos que chegam aos estudos secundários, 75 obtêm seu diploma de conclusão antes de atingirem a idade de 20 anos. Há alguns anos, o governo fixou uma meta a ser alcançada até 2020, que é de que 80 alunos a cada 100 obtenham seu diploma de conclusão dos estudos.

Essa formação de base sofre transformações sob a influência de múltiplas correntes que seguem as ideias neoliberais em educação, como a privatização da educação, a livre escolha da escola pelos pais, o *marketing* das escolas, a implementação de projetos pedagógicos que selecionam os alunos em relação ao desempenho escolar ou, ainda, pela possibilidade das famílias pagarem.

Quando da reforma escolar dos anos 1960, o financiamento público das escolas privadas não foi questionado, pois o Estado pretendia atribuir a elas um papel de complementaridade em relação às escolas públicas. De fato, a chegada massiva de jovens prontos para serem escolarizados exigia que toda a estrutura e todos os recursos humanos disponíveis pudessem contribuir com o esforço comum. No espírito daqueles e daquelas que tomavam as decisões políticas, no entanto, estava fora de questão que as escolas privadas, que conheceram certo declínio nos anos 1960, retomaram desde então o território perdido, e isso a tal ponto que em Montreal, em 2007-2008, 30,1% dos alunos estavam inscritos nas escolas privadas que ofereciam o programa do secundário.

Os alunos que vão às escolas privadas provêm em boa parte da classe média e média alta. Por exemplo, em 2005, em certos bairros mais favorecidos de Montreal, os alunos que terminavam sua escolaridade primária migravam para o ensino privado em proporções importantes. O poder de atração das escolas privadas obrigou as escolas públicas a reagir implementando estabelecimentos com uma orientação particular ou projetos pedagógicos seletivos a fim de preservar seus bons alunos. A questão demográfica veio a exacerbar esse problema. O declínio do número de alunos no setor público se faz sentir há vários anos, ao passo que a rede privada registra altas sucessivas, tudo isso estimulado por uma publicidade agressiva das escolas nas mídias de massa.

## **Profissionalização de professoras e professores**

A tendência é generalizada nos países ocidentais: a atividade de professor ou de professora tornou-se mais profissional. Inúmeros fatores explicam essa profissionalização, como o prolongamento da formação, uma formação pedagógica e didática mais exigente, um trabalho de equipe mais desenvolvido e a afirmação de uma especialidade (DUBET, 2010). A atividade de professora ou de professor foi por muito tempo considerada no Quebec como uma vocação, um apostolado ou, ainda, como um sacerdócio laico (LESSARD; TARDIF, 2001), uma atividade valorizada que exigia baixo nível de formação.

Desde há, mais ou menos, 50 anos essa representação tem se transformado, ao mesmo tempo em que a atividade se torna mais especializada, exigindo uma formação mais elaborada, de tipo universitário. Essa especialização da atividade, que evolui na direção da profissionalização, é uma resposta à rápida complexificação da sociedade quebequense após a Segunda Guerra Mundial (TARDIF; LESSARD; MUKAMURERA, 2001).

A profissionalização do ensino é, contudo, ambígua, dado que a autonomia profissional de que deveria ser acompanhada parece conhecer recuos, pressionada na corrente de gestão orientada pela condução da educação pelos resultados. Mesmo o estatuto de emprego no ensino parece não corresponder ao movimento de profissionalização, quando a precariedade se torna uma norma na gestão do pessoal. A sensação de bem-estar das professoras e dos professores poderia ser resumida assim: quanto mais se fala de autonomia profissional, menos ela parece se manifestar no cotidiano da escola e da sala de aula.

As transformações na educação durante o último decênio poderiam ter efeitos constrangedores sobre a autonomia profissional do pessoal de ensino. A nova gestão pelos resultados que prevalece no Quebec desde 2000, o discurso onipresente sobre a necessária eficácia das escolas em termos de êxito escolar, os cada vez mais numerosos apelos em favor de um aumento da prestação de contas, a concorrência entre os estabelecimentos para atrair os bons alunos e a frequente promoção das melhores práticas pedagógicas (*best practices*) exercem pressões enormes sobre o pessoal de ensino para que obtenha o máximo de bons resultados escolares sem que os meios sejam ajustados em função das expectativas políticas e sociais e das condições específicas das populações escolares.

Efetivamente, o discurso sobre a autonomia assume a seguinte forma: “Organizem-se como bem entenderem, vocês são profissionais, façam a escolha didática e pedagógica que julgarem mais conveniente [...] contanto que os resultados compareçam ao final do plano de êxito” (LESSARD, 2009, p. 224, tradução nossa). O apelo a uma grande autonomia profissional, nessas condições, leva a uma dificuldade cada vez maior em exercer essa autonomia. Como destaca Lessard (2009), é uma autonomia viciada.

Depois de duas décadas de um continuado movimento em favor da profissionalização do ensino, de rearranjo da formação com vistas a uma maior especialização e a um maior enquadramento do pessoal de ensino, como está a autonomia profissional das professoras e professores no Quebec? Numa conferência proferida em 2007, o antigo subministro adjunto da educação do Quebec, Robert Bisailon, dizia a professoras e professores do primário que “não existe profissão de professor no Quebec”. A declaração tinha um pequeno tom provocador, dirigindo-se a professoras e professores convencidos de serem profissionais.

Aparentemente, dizia ele, ensinar é um ato profissional, pois que isso demanda conhecimentos particulares, que é possível causar prejuízo a um aluno por falta de competências e que o pessoal de educação tem acesso a informações confidenciais. O

que é problemático é a questão da autonomia profissional: “Atualmente, todo mundo diz a vocês o que fazer. Todos os males da educação são responsabilidade de vocês. [...] Os médicos jamais tolerariam que o ministro da Saúde lhes dissesse como preencher as receitas de seus pacientes.” (RIOUX, 2008).

## Estatuto de emprego do pessoal de educação

A profissionalização desejada por professoras e professores não se reflete em seu estatuto de emprego dado que há vários anos a precariedade não para de aumentar. O número de professoras e professores de escolas públicas cresceu de 10,6% entre 1999 e 2009. Esse aumento, contudo, deu-se quase que em sua totalidade do lado dos empregos precários. A taxa de precariedade em 1999-2000 era de 39,9% e passa a 46,4% em 2009-2010. Provavelmente, a estratégia para atrair candidatas e candidatos para o ensino e para mantê-los na profissão não é eficaz.

**Tabela 1 – Taxa de precariedade do pessoal de ensino do setor público, Quebec, 1999-2000 a 2009-2010, segundo o estatuto de emprego.**

Estatuto do emprego	1999-2000	2002-2003	2004-2005	2006-2007	2009-2010	Varição 2000-2010
Permanente	57 402	58 278	57 415	57 886	56 297	- 1,9 %
Não permanente	19 771	21 728	22 477	24 269	26 610	34,5 %
Substituto	16 693	19 864	20 133	21 756	22 065	32,2 %
Taxa de precariedade	38,9 %	41,7 %	42,6 %	44,4 %	46,4 %	----

Fonte: Ministério da Educação, do Lazer e do Esporte (Mels). Estatísticas da educação (2001-2011).

Nota: O pessoal permanente compreende os estatutos que implicam uma forma de permanência. O pessoal não permanente é aquele que possui um contrato de trabalho de tempo parcial ou tacitamente não renovável. Os substitutos (*d'appoint*) reúnem o pessoal que fica à disposição para o caso de surgir uma necessidade e são remunerados por hora trabalhada.

Os problemas de retenção do pessoal de ensino iniciante fazem parte desses indicadores que mostram a dificuldade da inserção profissional: 20% dos jovens professoras e professores abandonam a profissão durante os cinco primeiros anos, taxa que é aproximadamente três vezes maior que a do conjunto do corpo de funcionários públicos no Quebec. Poderíamos qualificar como “mal-estar do professor” ou, ainda, como “sofrimento dos professores” esse desapego da atividade (LANTHEAUME; HÉLOU, 2008).

No Quebec, a tarefa do pessoal de educação é percebida como cada vez mais pesada, o que contribuiria para aquele mal-estar do professor. Essa sobrecarga é particularmente



patente no trabalho “fora de sala de aula”, por exemplo, quando se trata de tomar lugar nos comitês e em instâncias de decisão, de organizar campanhas de financiamento, de colocar em marcha ou de realizar tarefas burocráticas. De acordo com Lessard (2008), essas tarefas

energívoras e consumidoras de recursos [...] explicam o esgotamento dos professores e o discurso sobre a sobrecarga da função. O grito do coração de muitos em virtude do qual a escola e seus trabalhadores necessitam de oxigênio exprime o sentimento de sobrecarga e de impossibilidade de responder a todas as demandas e a todas as expectativas.

Pede-se às professoras e aos professores para fazer de tudo, inclusive o que caberia à família e à sociedade muito mais do que à escola. Ao mesmo tempo, eles são objetos de inúmeros julgamentos (dos pais, dos alunos, da direção, das mídias) e de pouco reconhecimento.

Outro fenômeno que não se pode negligenciar na compreensão da condição das professoras e dos professores iniciantes: o fato de se pedirem a eles que executem as mesmas tarefas que as professoras e professores mais experientes e de serem designados para as escolas ou para as classes mais difíceis, mesmo conhecendo a precariedade que obriga a estar em várias escolas para poder realizar por completo a tarefa que lhes é confiada. Alguns entre eles devem ensinar matérias em que não foram formados. Nessas condições, “o jovem professor pode viver então um sentimento de incompetência, não se sentir à altura, o que também contribui para o desestímulo, principalmente nos dois primeiros anos de carreira” (MARTINEAU, 2011).

## À guisa de conclusão

Por detrás das críticas à escola pública, escondem-se as críticas ao Estado-providência que acusamos de ter sacrificado a eficácia em favor da igualdade (ESPING-ANDERSON, 2008). Algumas décadas de igualitarismo e de intervenção estatal teriam feito baixar o nível, erodido o sentido do esforço e tornado a educação pública ineficaz. Defendida com unhas e dentes pelos porta-vozes do neoliberalismo em educação, essa tese, no entanto, é amplamente aceita atualmente. De fato, e as grandes pesquisas internacionais que avaliam os sistemas de educação o atestam, os sistemas de educação que fazem mais alunos terem êxito são, não raro, aqueles que colocam em prática medidas fundadas na equidade. Assim, seria possível admitir que é preciso ser antes equânime antes de ser eficaz?

Várias definições de justiça social em educação estão em elaboração. A maior parte do tempo, no entanto, a justiça social está associada à noção de equidade. A equidade (dar a cada um aquilo de que necessita) seria diferente de igualdade de oportunidades (dar a todas e a todos a mesma coisa). Sob um prisma mais pragmático, contudo, pode-se

dizer que uma verdadeira justiça social em educação seria garantir ao maior número possível os três grandes tipos de igualdade escolar: acesso igualitário à escola; igualdade de tratamento e de recursos na escola; e igualdade de conteúdos e de êxito.

Todavia, os princípios do mercado (livre escolha do estabelecimento escolar, concorrência entre eles, clientelismo escolar, oferta e procura de serviço de educação, seleção escolar, orientação por resultados) são freios a essa justiça social em educação: eles são mesmo entraves importantes à redução das desigualdades sociais pela escola. Por exemplo, é completamente paradoxal que as políticas educativas quebequenses falem cada vez mais de igualdade de oportunidades, quando essas mesmas políticas fecham os olhos para a concorrência e para a seleção escolar.

E certa direita conservadora no Quebec, agrupada nos *think tank* como o Instituto Econômico de Montreal (IEDM), não cessa de maquiagem os dados e de alimentar a confusão, associando o consumismo escolar a uma vontade cidadã, na qual as noções de liberdade de escolha, de autonomia e de direito das famílias ocultam as de responsabilidade, de serviço público e de bem comum. A produção do *ranking* das escolas secundárias do Quebec<sup>5</sup> por esse organismo não é mais que um meio a mais colocado em prática para alimentar o consumismo das famílias e reforçar a concorrência entre os estabelecimentos escolares. Os grandes sacrificados dessa lei do mais forte são os alunos em dificuldade, os que não têm recursos bastantes para jogar o jogo escolar num contexto de concorrência. E, na democracia, é pela sorte que reservamos aos mais fracos que medimos a justiça (DUBET, 2004).

*Recebido em janeiro e aprovado em abril de 2014*

## Notas

- 1 NT: sigla em francês para *Programme international pour le suivi des acquis des élèves*.
- 2 Este é o título de um artigo de Jocelyn Berthelot (2003) que relata a evolução da educação no Quebec. Berthelot justifica o título de seu artigo da seguinte maneira: "Do clero ao mercado: eis o que me parece resumir, até certo ponto, a história da educação do Quebec. No início estreitamente submissa à Igreja, a seus dogmas e ao seu clero, eis que a educação está cada vez mais ligada às forças do mercado." (p. 15, tradução nossa).
- 3 NT No original: "*Qui s'instruit s'enrichit*".
- 4 NT Sigla em francês para *Centrale de l'Enseignement du Québec*.
- 5 Este *ranking* é uma classificação das escolas de acordo com o desempenho dos alunos em testes nacionais padronizados que avaliam, em conjunto, escolas privadas que selecionam seus alunos segundo o desempenho escolar e escolas públicas que não têm a mesma possibilidade, o que favorece as primeiras na classificação. Tornadas amplamente públicos, esses *rankings* deixam às famílias a mensagem de que há boas e más.

## Referências

- BERTHELOT, Jocelyn. Du clergé au marché. **Options CSQ**, n. 22, p. 15-31, 2003.
- CANADA. Ministère de l'Éducation, du Loisir et du Sport. **Indicateurs de l'éducation**. Disponível em: <<http://www.mels.gouv.qc.ca/references/statistiques/indicateurs-de-leducation/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- DANDURAND, Pierre. Démocratie et école au Québec: bilan et défis. In: DUMONT, Fernand; MARTIN, Yves (Dir.). **L'Éducation 25 ans plus tard! Et après?** Québec: Institut Québécois de Recherche sur la Culture (IQRC), 1990. p. 37-60.
- DANDURAND, Pierre; OLLIVIER, Émile. Les paradigmes perdus. Essai sur la sociologie de l'éducation et son objet. **Sociologie et sociétés**, v. 19, n. 2, p. 87-101, 1987.
- DUBET, François. **L'école des chances**. Qu'est-ce qu'une école juste? Paris: Éditions du Seuil, 2004.
- DUBET, François. Déclin de l'institution et/ou néolibéralisme. **Éducation et Sociétés**, v. 1, n. 25, p. 17-34, 2010.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **Trois leçons sur l'État-providence**. Paris: Éditions du Seuil, 2008.
- LANTHEAUME, Françoise; HÉLOU, Christophe. **La souffrance des enseignants**. Une sociologie pragmatique du travail enseignant. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.
- LESSARD, Claude. Autonomie professionnelle et régulation de l'éducation: une évolution problématique. **Options CSQ**, hors série, n. 2, p. 214-228, 2009.
- LESSARD, Claude; DESJARDINS, Pierre-David. Les commissions scolaires québécoises: des acteurs stratégiques attentifs à leur environnement. In: PELLETIER, Guy (Dir.). **La gouvernance en éducation**. Régulation et encadrement dans les politiques éducatives, Bruxelles: De Boeck, 2008, p. 109-125.
- LESSARD, Claude. Réformes en éducation, condition enseignante et métier enseignant: un point de vue nord-américain. In: Colloque du Comité Syndical Francophone de l'Éducation et de la Formation (CSFEF), 2008, Québec. **Annales...** Québec: CSFEF, 2008.
- LESSARD, Claude; TARDIF, Maurice. Les transformations actuelles de l'enseignement: trois scénarios possibles dans l'évolution de la profession enseignante. **Éducation et francophonie**, v. 29, n. 1, p. 200-227, 2001.
- MARTINEAU, Stéphane. Contrer le décrochage des jeunes enseignants grâce à des programmes d'insertion professionnelle. **Université du Québec à Trois-Rivières**, 14 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.uquebec.ca/reseau/actualites/nouvelle.php?newsid=8922>>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- MINGUÉ, Jean-Luc; MARCEAU, Richard. **Le monopole public de l'éducation**. Sillery: Presses de l'Université du Québec, 1989.
- RIOUX, Martine. Profession: enseignant. **Carrefour éducation**, 28 nov. 2008.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; MUKAMURERA, Joséphine. Continuités et ruptures dans l'évolution actuelle du métier d'enseignant. **Éducation et francophonie**, v. 29, p. 1-12, 2001.
- TONDREAU, Jacques; ROBERT, Marcel. **L'école québécoise: débats, enjeux et pratiques sociales**. Montréal: Éditions CEC, 2011.

## **Basic education in Quebec** *Educational policies and globalization*

**ABSTRACT:** Under the influence of major global trends, basic education in Quebec has undergone numerous transformations over the past 50 years. Moving from an ideal of social justice and of equal opportunities to a perspective of performance and efficiency, the changes driven by neoliberal thinking, have significant implications for schools, students and staff. The main losers were those students socially and educationally devoid. And in a democracy, justice is measured by what we retain for the weakest.

*Keywords:* Basic education (Quebec). School reform (Quebec). Neoliberalism in education. Social justice. Equal opportunities.

## **L'éducation basique au Québec** *Politiques éducatives et globalisation*

**RÉSUMÉ:** Influencée par les grandes tendances mondiales, l'éducation de base au Québec a subi d'innombrables transformations au long des dernières 50 années. Elle est passée d'un idéal de justice sociale et d'égalité des chances aux perspectives de performance et d'efficacité, sous l'impulsion de la pensée néo-libérale. Ces transformations ont des répercussions importantes sur les écoles, les élèves et les employés. Ce sont les élèves dépourvus scolairement et socialement qui subissent le plus ces préjudices. Pourtant, en démocratie, on mesure la justice à la chance qu'on donne aux plus faibles.

*Mots-clés:* Education de base (Québec). Réforme scolaire escolar (Québec). Néolibéralisme en éducation. Justice sociale. Égalité des chances.

## **La educación básica en Quebec** *Políticas educativas y globalización*

**RESUMEN:** Bajo la influencia de las grandes tendencias mundiales, la educación básica en Quebec sufrió innumerables transformaciones a lo largo de los últimos 50 años. Pasó de un ideal de justicia social y de igualdad de oportunidades a perspectivas de desempeño y eficiencia, impulsadas por el pensamiento neoliberal, transformaciones con repercusiones importantes sobre escuelas, alumnos y funcionarios. Los principales perjudicados fueron los alumnos, desprovistos escolar y socialmente. En la democracia la justicia se mide por la suerte que se reserva a los más flojos.

*Palabras clave:* Educación básica (Quebec). Reforma escolar (Quebec). Neoliberalismo en educación. Justicia social. Igualdad de oportunidades.